



## AS TRANSFORMAÇÕES DO MODERNO-COLONIAL NO NORTE E NOROESTE MINEIRO<sup>1</sup>

Juzânia Oliveira da Silva Brandão <sup>2</sup>

Leandro Ribeiro Mello <sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo analisa as transformações do moderno-colonial nas mesorregiões do Norte e Noroeste de Minas Gerais, com foco nos municípios de Chapada Gaúcha e Unai, os autores buscam a partir da compreensão das dinâmicas territoriais associadas à expansão do agronegócio captar as alterações ocorridas nesta fração do território brasileiro. Fundamentado nos aportes teóricos de autores do pensamento decolonial e também da geografia crítica, como Quijano, Mignolo, Mbembe e Santos, o estudo adota uma perspectiva que articula modernidade, colonialidade e globalização como dimensões indissociáveis da produção do espaço. Metodologicamente, a pesquisa resulta de investigações desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos Avançados do Território (LEAT/UnB), que combinaram trabalhos em campo, análise documental e observação das práticas socioespaciais locais. Os resultados evidenciam que, em Unai, a centralidade urbana se consolida como um polo de suporte ao agronegócio regional, ao mesmo tempo em que aprofunda desigualdades sociais e as ambientais. Já no município da Chapada Gaúcha, a ocupação dirigida e a reestruturação produtiva reproduzem padrões coloniais de concentração fundiária e desterritorialização de povos tradicionais. Conclui-se que as dinâmicas territoriais do Norte e Noroeste mineiro expressam a permanência da colonialidade sob novas roupagens discursivas e tecnológicas, reforçando a subordinação regional às demandas do mercado global, que diante disso, fragilizam os saberes locais, as práticas tradicionais e consequentemente as formas de vida historicamente arraigados nesta região do bioma Cerrado.

**Palavras-chave:** Modernidade-colonialidade, Território, Globalização, Desenvolvimento desigual, Norte e Noroeste mineiro.

---

<sup>1</sup> Resultado parcial de construção de dois estudos contando com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB – DF; [juzaniabrandao@gmail.com](mailto:juzaniabrandao@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGGEA, da Universidade de Brasília – UnB – DF; [leandrogeo2@gmail.com](mailto:leandrogeo2@gmail.com).





## RESUMEN

El artículo analiza las transformaciones del colonialismo moderno en las mesorregiones del norte y noroeste de Minas Gerais, centrándose en los municipios de Chapada Gaúcha y Unaí. A partir de la comprensión de las dinámicas territoriales asociadas a la expansión del agronegocio, los autores tratan de captar los cambios que se han producido en esta parte del territorio brasileño. Basándose en las aportaciones teóricas de autores del pensamiento descolonial y también de la geografía crítica, como Quijano, Mignolo, Mbembe y Santos, el estudio adopta una perspectiva que articula la modernidad, la colonialidad y la globalización como dimensiones indisociables de la producción del espacio. Metodológicamente, la investigación es el resultado de investigaciones desarrolladas en el ámbito del Laboratorio de Estudios Avanzados del Territorio (LEAT/UnB), que combinaron trabajo de campo, análisis documental y observación de las prácticas socioespaciales locales. Los resultados evidencian que, en Unaí, la centralidad urbana se consolida como un polo de apoyo al agronegocio regional, al tiempo que profundiza las desigualdades sociales y ambientales. Ya en el municipio de Chapada Gaúcha, la ocupación dirigida y la reestructuración productiva reproducen patrones coloniales de concentración de la propiedad de la tierra y desterritorialización de los pueblos tradicionales. Se concluye que las dinámicas territoriales del norte y noroeste de Minas Gerais expresan la permanencia de la colonialidad bajo nuevos ropajes discursivos y tecnológicos, reforzando la subordinación regional a las exigencias del mercado global, lo que debilita los conocimientos locales, las prácticas tradicionales y, en consecuencia, las formas de vida históricamente arraigadas en esta región del bioma del Cerrado.

**Palabras clave:** Modernidad-colonialidad, Territorio, globalización, desarrollo desigual, norte y noroeste de Minas Gerais.

## INTRODUÇÃO

Intenciona-se nesta abordagem refletir sobre a concepção ideológica (Zizek, 1996) do que se denomina como o “moderno” - técnicas, equipamentos, uso de tecnologias computacionais - que exclui e nega toda e qualquer expressão do outro não-moderno. Para isso, parte-se da seguinte questão: o “moderno” repercutido nesta região é somente um recurso da linguística para ressignificar as atividades coloniais globalizadas implementadas ou ele se expande para a constituição da cidadania?

Assim, abordaremos, principalmente, autores do Sul-global a fim de desdobrar como tal ideologia do moderno atual e impõe as perversidades incorporadas pelo viés colonial inscrito no “moderno” que também se torna global, por meio dos sistemas de financeirização internacional, suas marcas e processos no uso do território do norte e também no noroeste mineiro, por meio da análise de dois municípios e suas regiões circundantes: Chapada Gaúcha e Unaí. Estes passaram por sistematização em pesquisas que ocorreram entre 2021 e 2025.

As teorias serão fundantes para elucidar o processo modernidade-colonialidade-globalização aplicado na situação geográfica aqui estudada. Logo, será basilar para essa pesquisa as leituras de Quijano (1992, 2002), Mignolo (2014, 2017), Mbembe (2017), Santos





(1986, 2001, 2002, 2006), dentre outros, que dialogarão a aprofundar esse constructo interpretativo aplicado a realidade brasileira, com foco especificamente nestas duas mesorregiões mineiras.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui apresentada é fruto de estudos para construção de dois resultados de trabalhos acadêmicos (doutorado e mestrado), ambas vinculadas a outras investigações realizadas no âmbito do grupo de estudos do Laboratório de Estudos Avançados do Território (LEAT) que faz parte ao Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação do professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho. Esse laboratório passou por uma fase investigativa, tendo por objeto de análise, os municípios que compõem a região da sub-bacia hidrográfica do vale do Rio Urucuia, afluente da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Busca-se com essas pesquisas estudar as pequenas e médias cidades que influenciam diretamente toda essa região, fatos geográficos que transformam e se reproduzem para a produção desse território. Logo, realiza-se aqui dois estudos de caso, análise conjunta a fim de descrever as dinâmicas e conflitos que ali se instalam, municípios mineiros que são impactados por realidades que, simultaneamente, lidam com pressões locais e globais.

Nesses termos, foram realizadas seis pesquisas em campo nessas regiões nos últimos quatro anos. Nessas oportunidades ocorreram conversas formais e informais com os sujeitos que habitam as mesorregiões estudadas. Além disso, utilizou-se da produção de dados primários por meio de fotografias, vídeos e infográficos para ler e interpretar o território. Sendo possível o acesso a tais dados nos resultados desses pesquisadores<sup>4</sup>.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Enquanto a perspectiva do global “teima” em se projetar, em se sobressair no local, percebe-se cada vez mais a exaustão, o esvaziamento da perspectiva daquilo que antes se restringia ao lugar, características ímpares presentes somente nos componentes diversos de cada território, formando assim a heterogeneidade sociobiodiversa.

---

<sup>4</sup> Brandão. Juzânia Oliveira da Silva. GEOBIOCENOSE COMO EPISTEME SERTANEJA CERRATENSE: Geografia Complexa das Territorialidades do Grande Sertão Mineiro e suas Veredas. Orientador: Fernando Luiz Araújo Sobrinho. 2025. Tese de doutorado em Geografia – Universidade de Brasília, Brasília, 2025; MELLO, Leandro Ribeiro. Unai / MG: a centralidade e o papel municipal do fornecimento de bens, produtos e serviços para a região produtiva do agronegócio (RPA), no Vale do Rio Urucuia, Noroeste Mineiro (2023).



Esse contexto convida ao diálogo com Slavoj Žižek (1996, p. 7), ao inferir que “pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação”. Esse autor irá organizar sua obra em uma espécie de “mapa da ideologia” interagindo outros autores que versaram sobre o tema da ideologia. Assim, define-se que tal conceito,

[...] pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivem suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (Žižek, 1996, p. 9).

Aprofundando a análise desse material, logo nos deparamos com uma outra interpretação, agora de Louis Althusser ao constatar que a ideologia surge a partir da teoria genética das ideias, formando as seguintes teses: I: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Žižek, 1996, p. 126); II: “A ideologia tem uma existência material” (Žižek, 1996, p. 128) e; a tese central de que “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos (Žižek, 1996, p. 131). Sendo assim, “não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, pela categoria de sujeito e seu funcionamento”.

Enfim, toda ideologia contempla uma finalidade, um tipo de “(des)apreensão inversa” onde a contingência do que é real, por vezes interpretado como ausência ou carência de sentido, internaliza, simboliza um determinado sentido dado por aquele que a consubstanciou. Uma expressão de mentira disfarçada de verdade, ou melhor, o descaso por convenções sociais e pela ética e moral vigentes.

A necessidade de falar sobre ideologia é constatada pelos mais distintos dispositivos que almejam estabelecer seu viés de “des-envolvimento” por meio de uma lógica própria e exógena. Como exemplo podemos citar o slogan: “O agro é tech, agro é pop, agro é tudo”<sup>5</sup>, comumente propagado por uma determinada rede televisiva, que detêm a maior audiência no Brasil que mescla a promoção do moderno e colonial do agronegócio brasileiro. Outro mecanismo ideológico são as feiras e megaeventos associando o monocultivo latifundiário, devastador de ecossistemas, a equipamentos e instrumentos de “alta tecnologia” desenvolvido pelos cânones científicos dos países do norte global. O que Milton Santos abordará como “meio tecnocientífico-informacional”:

---

<sup>5</sup> Para mais, acesse: [O que a mídia esconde quando fala "O agro é pop" | Outras Palavras](#).



A serviço de grandes empresas privadas, o território nacional conhece, em certos lugares, uma adequação técnica e política que permite a tais empresas uma produtividade e um lucro maiores. Em última análise, trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos. Em outras palavras, tal racionalidade representa uma drenagem de recursos sociais para a esfera do setor privado. (Santos e Silveira, 2001, p. 306).

Tal expressão de tal meio no território pode ser facilmente identificada nas propagandas e publicidades espalhadas no urbano local. Outra forma, pode ser percebida através da rápida evolução do setor imobiliário, em especial, na zona urbana de Unaí. Este município exerce um papel relevante na região circundante, em especial, por meio do abastecimento de capital estrangeiro e suas respectivas interferências na recolonização moderna da reconfiguração espacial. Aqui, os grupos detentores do capital se alteram e modificam os usos do território em decorrência de demandas próprias, muitas vezes, tendo como propulsão as solidariedades verticalizadas. Nesse caso específico, a produção e reprodução de *commodities*, este, não sendo nada além do que um revestimento moderno-colonial-global.

Em Chapada Gaúcha não é muito diferente, seu espaço geográfico local revela um complexo sistema entre fragmentos múltiplos de agentes e suas ações. Características típicas da inserção de capital internacional agindo fortemente na reestruturação do território, incorporando no local uma dinâmica muito próxima do sistema colonial: favorecimento econômico de grupos vinculados ao capital externo; reprodução e ampliação dos sistemas de *commodities* vinculados aos latifundiários que também têm poder político; reestabelecimento dos velhos padrões hierárquicos onde o capital se sobrepõe as expressões de vida.

Nesse contexto, a modernidade se estabelece com uma narrativa originada nos invasores europeus, narrativa essa que constrói a ideológica civilização ocidental, celebrando conquistas e escondendo, simultaneamente, a obscuridade da colonialidade. Funda-se todo o processo de globalização, no qual a sociedade global é reflexo direto, no pensamento moderno contemporâneo é, nada menos, que toda uma construção centrada na perspectiva redutora da colonialidade, ou seja, a colonialidade, revestindo-se de modernidade, mantém-se 'na' e mantém 'a' globalização.

O autor que se debruça sobre essas interações é Mingolo (2017). Ele ressalta que a modernidade precisa ser assumida por seus dois lados, tanto pelas glórias quanto por seus crimes, uma vez que ela se sustenta em dois âmbitos, no econômico - onde a colônia e o país colonizador têm economias distintas - e no epistemológico - que tem a ciência enquanto conhecimento e a arte enquanto significado que abre as portas a um novo sistema econômico, o capitalismo.



Assim, à retórica da modernidade e suas práticas econômicas dispensam vidas humanas, transformadas em mercadorias pela escravidão. Já o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de todas as demais vidas humanas, uma vez que era aplicado uma dupla colonização, do *tempo* e do *espaço*. A primeira por meio da invenção renascentista da Idade Média, já a segunda, através da criação pela colonização simultânea a conquista, domínio, do Novo Mundo. Emoldurando assim o mundo atual policêntrico e também interconectado pelo capitalismo.

A nova emergência se estrutura no controle e na administração autoritária, econômica, subjetiva e em normas e na relação de gênero e sexo. Para Mingolo, o caminho inverso a colonialidade é a fundamentação de pensamento decolonial, ou seja, a desobediência epistêmica da matriz colonial. E aqui, no tocante a construção epistemológica, a matriz colonial se constrói e é operada por nós, “histórico-estrutural heterogêneo”, que simultaneamente “divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/regras coloniais e o centro/as periferias” (MINGOLO, 2017, p. 10).

Como par antagônico teríamos o não-moderno, o que para muitos pode ser compreendido semanticamente como o sertão, aquilo que encontra-se no desconhecido, distante da civilização e todos os benefícios da civilidade. Uma espécie de duplo, oposto, da alta tecnologia. Entretanto, esquece-se que o conceito de tecnologia pode ser também associado as práticas oriundas do saber-fazer tradicional, de suas ferramentas, do conjunto de técnicas, habilidades, processos que resultam do conhecimento do sujeito sobre o território que habita. Fruto da estreita relação entre o sujeito e seu território. Interação ecossistêmica. Aqui, podemos citar como fonte de tais tecnologias sociais a agroecologia e a bioconstrução, técnicas repassadas de geração em geração, somente possíveis de serem reproduzidas em um microecossistema específico.

Logo, percebe-se que o conceito de tecnologia é abrangente, por vezes contraditório e complementar, mas que muitas vezes é repercutido como sendo somente fator resultante daquilo que está intimamente vinculado aos dispositivos e plataformas digitais.

E com o “moderno” instala-se a ideologia sobre “modernização agrícola”. Movimento iniciado na década de 1970 no Brasil, uma espécie de desbravata - tirar a braveza, amansar, civilizar - do sertão brasileiro, modificando de forma irreversível o uso do território e o direito ao uso do território pelos povos sertanejos, neste caso específico, os sertanejos cerratenses mineiro: geraizeiros, vazanteiros, quilombolas, indígenas, veredeiros, entre tantos outros.

Enquanto o município de Unaí recebe esse nome tendo como origem a língua tupi - *una*=preto e; *i*=água – o município de Chapada Gaúcha – origem no assentamento de colonos



gaúchos na região - homenageia seus colonizadores, aqui a análise espacial, redireciona a interpretação desses espaços geográficos distintos, porém, com estratégias ideologizantes similares, tendo nas sobreposições socioculturais novas interações que se realizam em um contexto espaço-temporal determinado.

Tudo isso gera tensionamentos, promove transformações severas no uso do território. Antes, do sujeito territorializado que incorporava seu sistema de tecnologias baseadas no ecossistema em que estava inserido. Agora, centra-se na produção e reprodução do dinheiro em estado puro, de sistemas de financeirização internacional, reprodutores de tecnologias coloniais globalizadas. Tal qual

A afirmação de Marx de que ‘o capital não tem pátria’ parece se realizar de um modo ainda mais perverso, posto que não sendo o capital simplesmente dinheiro mas, sim, uma relação social, sua desterritorialização generalizada implica desterritorializar homens e mulheres que têm casas, famílias, parentes e, embora possam (e devam) se deslocar, não o fazem necessariamente com as mesmas motivações que movem a burguesia. O território torna-se uma questão central, vê-se. (Porto-Gonçalves, 2012, pp. 36-37).

Desterritorializações que provocam efeitos nos territórios locais, sim, esses territórios são inúmeros, são diversos, são heterogêneos tudo isso para comportar a pluralidade ecobiossociodiverso dos distintos ecossistemas brasileiros, diferentemente das instalações homogeneizantes de tais “modernizações tecnológicas” que reproduzem o mesmo tipo de dinâmica sobre os territórios, gerando, em consequência êxodo rural, concentração de terras e de renda que aceleram as desterritorializações, as transformações geoespaciais.

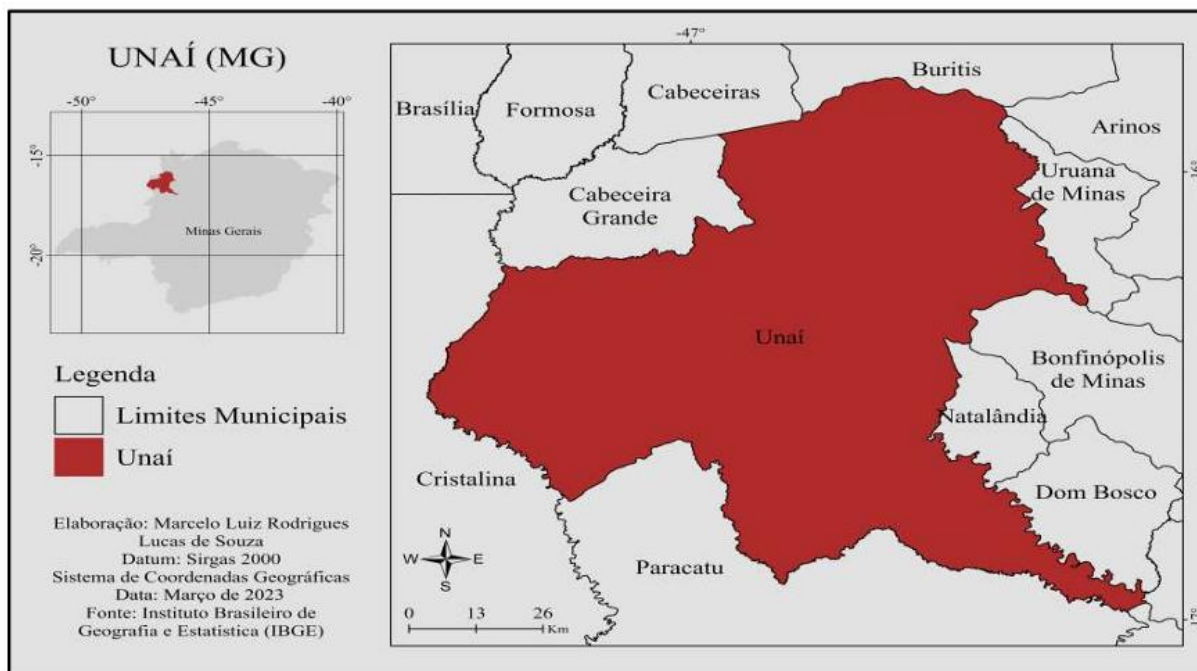
## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apresenta-se de imediato o contexto espacial que se inserem os dois objetos analisados. O primeiro é o município de Unaí, em Minas Gerais, localizado no noroeste mineiro. A sua influência regional está relacionada ao fornecimento de bens, produtos e serviços para o Vale do Rio Urucuia. Esse fato se dá pelo notório impacto oriundo das ações de crescente e constante influência na produção do espaço resultantes do ordenamento territorial e da integração campo-cidade. Tal integração coloca esse município como um importante ponto de atração de fluxos de mercadorias e pessoas, da bacia hidrográfica do Rio Urucuia.

Unaí é um município que possui uma área total de 8.445,432 km<sup>2</sup> com uma população de 86.867 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2020 divulgado em junho de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui uma densidade

demográfica de 9,18 habitantes por km<sup>2</sup> é vizinho dos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Natalândia, Paracatu e Uruana de Minas, no estado de Minas Gerais e Cabeceiras, Cristalina no estado de Goiás. Conforme apresentado no mapa 1, que apresenta o contexto geoespacial deste município.

Mapa 1: Contexto geoespacial de Unai



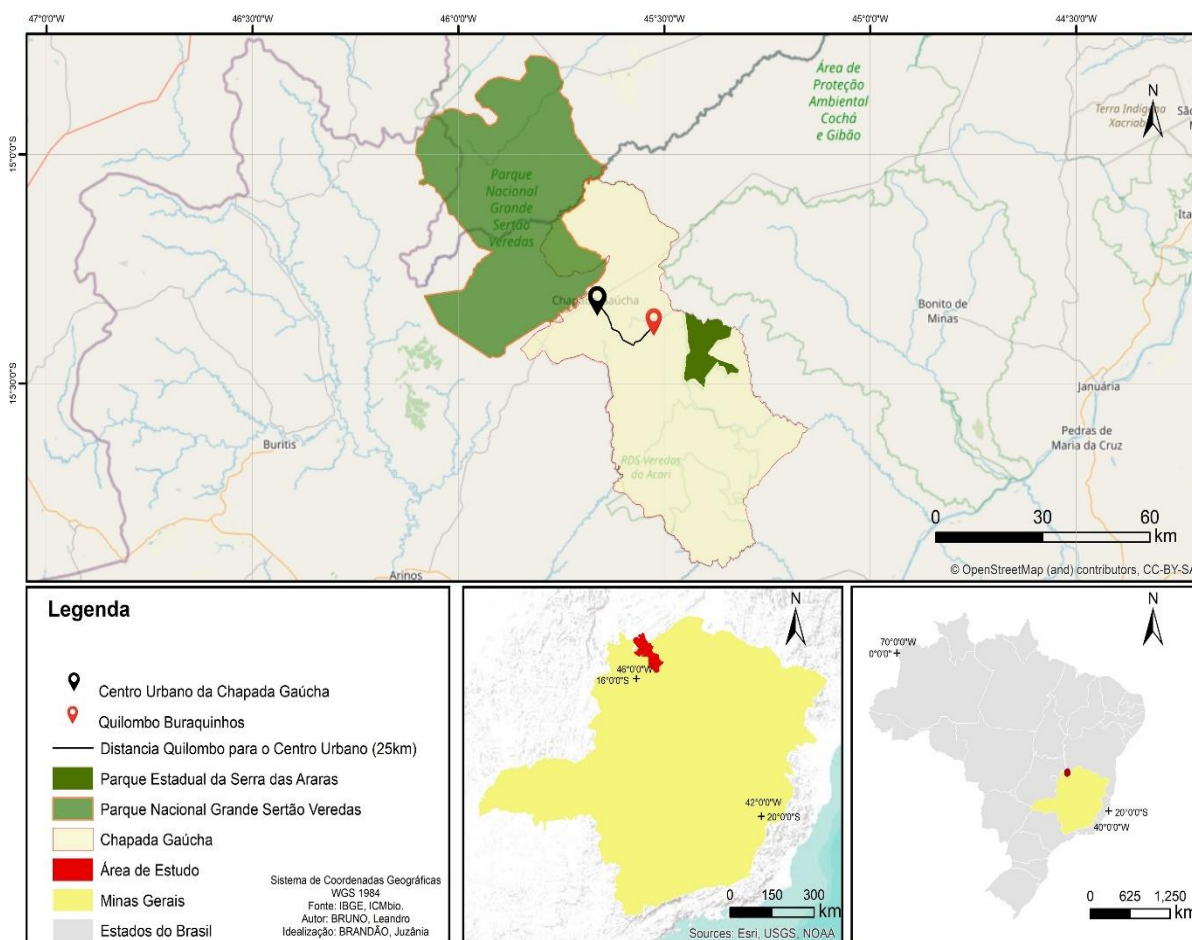
Fonte: Mello (2023).

A composição da região estudada envolve populações cerratenses territorializadas, frente a insurgência da prática do agronegócio. Esta última conta com empresas fornecedoras de serviços e produtos vinculadas ao setor agropecuário que demandam baixa complexidade de execução. Porém, para aqueles serviços e produtos que carecem de alto investimento - científico, tecnológico e/ou econômico - utilizam-se do emprego de agentes externos em sua maioria das regiões com tradição naquele setor, principais utilizadores do hotel às margens da BR 479, na entrada da zona urbana de Chapada Gaúcha.

Situação de contraste com o perfil de habitantes de Chapada Gaúcha, onde a única interação agente-externo versus habitante local é estabelecida na relação hierárquica da prestação de serviços do segundo para com o primeiro. De forma silenciosa, constata-se, mais uma vez, a intencionalidade da criação de um território político, seja nas relações interpessoais, seja na criação do município, para representar interesses de agentes exógenos e dormentes às necessidades dos que, realmente, habitam o lugar.



Mapa 2: Contexto geoespacial da Chapada Gaúcha



Fonte: Brandão e Araújo Sobrinho (2025).

Nos dois casos é possível identificar similaridades provocadas pelas práticas predatórias mundializadas e divergências no que concerne a heterogeneidade local. Elementos fundantes para compreender o colonialismo expresso nas ações de grupos ligados a transformação do território que controla toda uma falácia sobre modernidade a fim de gerar um falso aspecto desenvolvimentista em seu fazer e ser colonial.

Um exemplo é a própria supressão do termo “produtor de matéria-prima” que o Brasil rural sempre esteve fadado, pela substituição e uso do termo inglês “*commodities*”. Sendo este, o sistema colonial de produção de matéria-prima designado a exportação com uma nova roupagem linguística com a finalidade de ser ressignificado para os tempos modernos, conforme já interpretado por Charlie Chaplin em sua obra na década de 1930. Aqui tendo como pano de fundo uma crítica desenvolvimentismo do período industrial que tinha no ser humano um mero mecanismo das engrenagens do sistema reprodutivo da época.

Quase um século depois, identifica-se que na região estudada nada tem de moderno se elevado o nível comparativo ao contexto global. Muito pelo contrário. Percebe-se questões no

tangente a ausência de acessos a serviços de saúde, segurança, educação, trabalho digno, ainda sendo ignorados pelas políticas públicas efetivas locais. Constata-se o mesmo que percebeu Milton Santos (2006), logo no primeiro capítulo, ao caracterizar o estabelecimento entre processo de globalização e sua tripla constatação, seja como fábula, seja como perversidade, seja como possibilidade.

As dinâmicas de habitação adotadas em ambos os municípios são distintas, acredita-se que as transformações e os usos do território têm muito a ver com formação de cada município.

Figura 1: Serra das Araras e zona urbana de Chapada Gaúcha.



Figuras: (esquerda) Entrada de Serra da Araras (vila data desde o século XVII) e (direita) Praça principal de Chapada Gaúcha (data desde o fim do século XX).

Fonte: Acervo pessoal de Juzânia Brandão.

Em Chapada Gaúcha a ocupação socioespacial se faz principalmente no não-urbano dos limites do município, datados de períodos anteriores da atual estrutura instalada de sua zona urbana. Esta que realizou-se por interesses de um grupo de forasteiros sulistas que tinham ali uma intenção muito clara, produzir grãos em larga escala. Para isso, começaram a distribuir pequenas parcelas de lotes aos que se interessarem em ali permanecer, ao longo da rodovia BR 479. Sendo ainda habitada, no interior do município, por vilas, vilarejos, esses sim, ainda com laços de pertencimento mais profundos ao lugar.

Em Unaí, o município exige uma leitura que articule as dimensões históricas da ocupação do território com as lógicas mais recentes da globalização econômica. Situado no vale do Rio Urucuia, Unaí se consolidou, a partir da segunda metade do século XX, como um polo urbano-regional responsável pelo fornecimento de bens, serviços e infraestrutura ao complexo produtivo do agronegócio que se expande sobre o Cerrado mineiro. Essa centralidade urbana, todavia, não se explica apenas pela densidade demográfica ou pelo dinamismo econômico, mas sobretudo pela sua inserção nas redes globais de produção de *commodities* agrícolas, fenômeno que transforma profundamente as relações sociais e os usos do território (MELLO, 2023).



O município tornou-se referência no abastecimento de insumos, comercialização de grãos e intermediação de fluxos financeiros, desempenhando função estratégica para a reprodução ampliada do capital agrícola. No entanto, essa posição central se sustenta sobre contradições estruturais: ao mesmo tempo em que se apresenta como cidade moderna, equipada e integrada ao circuito superior da economia (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Unaí convive com desigualdades internas e regionais persistentes. Os cinturões periféricos urbanos e as comunidades rurais revelam déficits de infraestrutura, carência de serviços de saúde e educação, e processos de exclusão social que contrastam com a imagem das “cidades do agronegócio” projetada nos discursos institucionais e midiáticos.

Esse paradoxo entre modernidade e colonialidade manifesta-se, sobretudo, na desterritorialização dos povos sertanejos cerratenses – geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, quilombolas e indígenas – cujos modos de vida tradicionais foram e continuam sendo pressionados pelo avanço do latifúndio mecanizado. A expansão da fronteira agrícola no Noroeste mineiro, intensificada a partir da Marcha para o Oeste e consolidada com os incentivos estatais à modernização agrícola nas décadas de 1970 e 1980, produziu um reordenamento territorial que privilegia a monocultura de grãos em detrimento da diversidade ecobiossociocultural (MIGNOLO, 2017; BRANDÃO e ARAÚJO SOBRINHO, 2025).

Além disso, nos casos apresentados, percebe-se a massiva presença do que Milton Santos (2013) denominou “meio técnico-científico-informacional”: a racionalidade privada orientada para a produtividade e o lucro, viabilizada por recursos públicos e sustentada por um discurso de progresso. Essa racionalidade cria uma urbanidade artificialmente modernizada, mas cuja base material repousa na apropriação desigual do território, reforçando hierarquias e dependências coloniais.

No âmbito regional, o norte e o noroeste mineiro, embora frequentemente invisibilizado nas narrativas sobre desenvolvimento nacional, cumpre papel de fronteira estratégica para a expansão do agronegócio. A reestruturação produtiva nessa mesorregião articula-se à lógica global de financeirização e padronização dos usos do solo, reproduzindo padrões de desigualdade que se expressam tanto no acesso à terra quanto nas oportunidades urbanas. A concentração fundiária e o êxodo rural são, portanto, efeitos diretos dessa modernização excludente, que ressignifica a colonialidade sob a roupagem de modernidade.

Dessa forma, os municípios mineiros estudados constituem espaços paradigmáticos para se compreender o moderno-colonial no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo em que se inserem nas dinâmicas globais do capitalismo, reproduzem localmente as marcas da colonialidade: desterritorialização, desigualdade social, marginalização de saberes tradicionais

e submissão do território aos interesses do capital externo. A análise desse contexto revela que a modernidade, longe de ser um processo universalizante de progresso, assume caráter seletivo e contraditório, reafirmando o desafio de pensar alternativas decoloniais para a organização territorial conforme apresentado na figura 2.

Figura 2: O processo da verticalização no município de Unaí, (MG).



Fonte: Mello, 2023.

Inicialmente, em ambos os casos, houve uma ocupação territorial a partir do vínculo dos grupos sociais que decidiram habitar as regiões devido a abundância proporcionada pelos rios da região que tangenciam os inúmeros núcleos de diferentes configurações socioespaciais das territorialidades sertanejas cerratenses, com o passar dos anos, em especial com o movimento conhecido como a Marcha para o Oeste, planejamento de interiorização do país, fortemente incentivado como sendo uma espécie de “recolonialização” do *sertão* brasileiro. Isso levou uma série de danos socioambientais a, em especial, dois ecossistemas nacionais, o Cerrado e a Amazônia, dois biomas que já eram habitados e detinham seus múltiplos microssistemas de interação entre povos tradicionais e os respectivos biomas.

A dinâmica socioespacial de Unaí revela o papel do município como “cidade média estratégica”, conceito trabalhado por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) ao analisar a rede urbana brasileira. Embora não seja metrópole, Unaí exerce funções de comando sobre uma ampla área de influência no Noroeste mineiro, irradiando fluxos econômicos e socioculturais que reforçam sua posição hierárquica. Essa centralidade, no entanto, não garante equilíbrio regional: em vez de promover integração, intensifica a polarização e gera dependências, pois as cidades menores e as comunidades rurais tornam-se subordinadas à lógica de reprodução do capital urbano-agrário sediado em Unaí.



Outro elemento a ser destacado é a pressão sobre o patrimônio natural e hídrico da região. O Cerrado, reconhecido como a “caixa d’água do Brasil”, sofre impactos diretos da expansão agroexportadora, como desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e assoreamento dos rios. No caso do vale do Urucuia, pesquisas recentes têm evidenciado a redução da vazão hídrica e a contaminação de cursos d’água utilizados tanto para irrigação quanto para o abastecimento humano. Essa degradação socioambiental não é mero efeito colateral da modernização, mas parte constitutiva do modelo moderno-colonial, que subordina a natureza à lógica mercantil global, reproduzindo a ideia de recurso como mercadoria.

Por fim, cabe observar que na região analisada tornam visível a coexistência conflitiva de racionalidades distintas: de um lado, a racionalidade hegemônica do agronegócio globalizado, que opera segundo métricas de produtividade e competitividade; de outro, a racionalidade territorial dos povos tradicionais e agricultores familiares, que se ancora em práticas de convivência com o Cerrado e de reprodução sociocultural. Essa tensão permanente evidencia o que podemos denominar de uma “fronteira colonial”, ou seja, um espaço onde se expressa a disputa entre a modernidade eurocentrada e as alternativas decoloniais de produção da vida distintas nos seus modos de compreender, ver e viver as dinâmicas espaciais existentes. Nessa perspectiva, pensar o futuro da mesorregião do Norte e Noroeste mineiro, implica em reconhecer tais conflitos como estruturais e não residuais, abrindo espaço para políticas públicas que fortaleçam a diversidade territorial e os saberes locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante disso, cabe destacar que, as transformações do moderno-colonial nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais evidenciam a continuidade de uma lógica colonial sob nova roupagem discursiva e tecnológica. O discurso da modernidade, frequentemente travestido de desenvolvimento, esconde práticas que reiteram desigualdades históricas e reforçam a subordinação territorial ao mercado global.

Aqui, não existe forma de separar interesses políticos, econômicos, sociais. Toda a complexidade que se impõe no território representa, ora o interesse dos sujeitos que vivem o lugar, logo, sujeitos territorializados, ora a pressão daquilo que submete as regiões estudadas às mazelas da financeirização mundializada, sem qualquer responsabilidade ética com os recursos ainda disponíveis desses territórios.

Não é à toa, evidencia-se cada vez mais os danos causados aos recursos ambientais e aos recursos culturais re-existent, transformando a sociobiodiversidade local em memórias



passadas dispostas nos relatos dos que viveram e experienciaram um espaço-tempo distinto do que atualmente existe. As sobreposições espaço-temporais alertam as sociedades não somente no âmbito local, também em escala global, prova disso é o que será apresentado e discutido na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30) acontece no Brasil, em Belém do Pará. Um evento mundial que, cada vez mais, conta com a presença de múltiplas localidades.

Em uma sentido oposto, a imposição do “moderno” como padrão civilizatório, desconsidera os contextos locais e suas formas de vida e organização, produzindo exclusões e conflitos. Nesse sentido, torna-se urgente repensar os projetos de modernização impostos a essas regiões, levando em conta os saberes locais, os vínculos territoriais e a diversidade sociocultural.

É preciso reconhecer que, longe de representar uma ruptura com o passado colonial, muitas das atuais dinâmicas territoriais são efêmeras continuidades. A luta por cidadania efetiva e por justiça territorial requer o enfrentamento das perversidades desse modelo moderno-colonial que, juntamente com seus dispositivos ideológicos, ainda moldam as formas de habitar, produzir e viver o território.



## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. (2025). **Impacto dos sistemas técnico-científicos globais na territorialidade cerratense quilombola e às socioflorestas**. PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, 8(15), e54551. <https://doi.org/10.26512/patryter.v8i15.54551>.

MBEMBE, Achile. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MIGNOLO, Walter. O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter MIGNOLO, W. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On-Line (IUH On-Line)**, 11 de julho de 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94 (junho), p. 1-18, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 17, n. 37, 2002.

MELLO, Leandro Ribeiro. Unaí / MG: a centralidade e o papel municipal do fornecimento de bens, produtos e serviços para a região produtiva do agronegócio (RPA), no Vale do Rio Urucuia, Noroeste Mineiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas – IH. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, p. 223. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª Edição – São Paulo: Editora Hucitec. 1986.

SANTOS, Milton., Silveira, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos WALTER PORTO GONÇALVES. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.